

Govto quer evitar ações contra INSS e economizar R\$225 milhões

ESTRATÉGIA CONTRA PRECATÓRIOS

ACORDO PARA EVITAR PROCESSOS

União vai convocar 170 mil pessoas que perderam no INSS

GERALDA DOCA
@geraldadocha

N a tentativa de evitar o aumento dos gastos com precatórios, que são valores que precisam ser pagos pela União por conta de sentenças judiciais desfavoráveis, o governo Luiz Inácio Lula da Silva prepara uma série de medidas para se antecipar ao Judiciário e evitar derrotas, que custam juros e correção monetária. As medidas preveem acordos com pessoas que já demandaram ou podem ir à Justiça contra o Executivo, com grandes chances de derrota para a União.

Nos próximos 90 dias, o governo dará início a um processo para convocar 170 mil trabalhadores com requerimentos, como pedidos de aposentadorias e pensões, indeferidos pelo INSS. São pedidos sobre os quais já há interpretação favorável na Justiça ao cidadão em casos semelhantes. O objetivo do governo é fazer acordo e iniciar o pagamento, antes que esses casos se transformem em ações judiciais.

Estima-se que a medida resulte em uma economia de R\$ 225 milhões só com pagamento de juros e não envolva custos processuais, por exemplo. Uma portaria editada recentemente pela Advocacia-Geral da União (AGU) vai permitir que o processo seja feito em parceria com a Defensoria Pública da União (DPU) e o INSS.

O projeto, batizado de "Pacífica", vai começar pelos mais vulneráveis, como trabalhador rural, aposentadoria, salário-maternidade e Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

LINK EM APLICATIVO

A estratégia é ampliar os acordos extrajudiciais e criar um link no aplicativo Meu INSS para que os candidatos aos benefícios possam acionar a AGU para fazer acordo. O INSS tem regras mais restritas que as do Judiciário, o que explica o órgão negar pedidos e juízes autorizarem. Por outro lado, a AGU pode se antecipar e aplicar a interpretação do Judiciário, de acordo com um técnico do órgão.

Uma lei aprovada em 2015 já permite a realização desses acordos, mas o plano agora é aproveitar a janela de oportunidade, diante da

necessidade de cortar gastos do Orçamento. O maior volume de precatórios contra a União vem de demandas por benefícios previdenciários e assistenciais.

Em outra frente, a AGU e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) fizeram uma parceria para reduzir a litigiosidade em torno de dez teses atualmente em tramitação em várias instâncias nos tribunais, envolvendo reconhecimento do direito a benefícios da Previdência e assistenciais. Foram selecionados temas que já contam com jurisprudência consolidada. Entre eles, estão reconhecimento de dependentes, concessão do BPC, auxílio-reclusão, auxílio-doença e critérios para a concessão da aposentadoria.

137 MILAÇÕES

Cada um desses temas trata de hipóteses específicas para a concessão dos benefícios, com impactos para as contas públicas. Assim que o Supremo Tribunal Federal (STF) ou outra Corte superior se posicionar sobre os temas, será feita uma análise para saber se é possível propor acordo judicial ou se será adotada apenas a desistência do recurso.

A expectativa da AGU é que 137 mil ações deixem de ser ajuizadas no próximo ano em relação a esses dez temas.

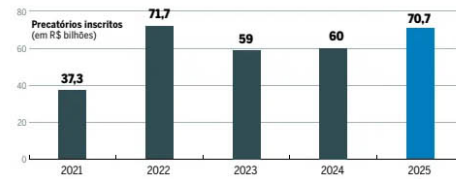
Além das dez teses com jurisprudência consolidada ou decisões reiteradas, com tendência de acordo, outras 15 também em tramitação nos tribunais superiores, mas sem definição, despertaram o alerta na AGU. Todos eles são de natureza previdenciária e, caso a União seja derrotada na Justiça, o impacto será de pelo menos R\$ 117 bilhões por ano, segundo estimativa no órgão. Também nesses casos, a orientação é buscar acordos para minimizar perdas.

Também com a ajuda do Conselho Nacional de Justiça, a AGU passará a fazer parte do Sistema Nacional de Precatórios, elaborado pelo Judiciário. Isso vai permitir uma análise aprofundada do precatório, de modo que o Executivo tenha maior previsibilidade sobre a dívida que está se formando, para poder fazer acordos com descontos e mitigar riscos fiscais.

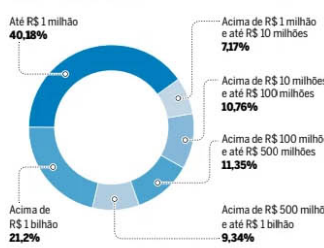
Até este momento, o Executivo não tem a menor ideia do que virá de precatórios a cada ano. Só recebe a lista do que precisa ser pago.

O TAMANHO DO PROBLEMA

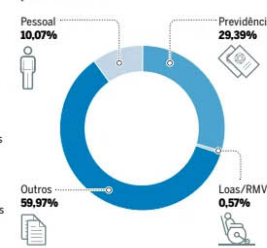
O pagamento de precatórios pelo governo, indenizações determinadas pela Justiça da qual a União não pode mais recorrer, está em alta...



... mas a maior parte das ações trata de valores baixos...



... e está ligada a benefícios previdenciários



Por isso, o governo quer iniciar uma rodada de acordos antes do fim dos processos judiciais para obter descontos nas indenizações.

170 mil
É o número de requerentes com pedido indeferido pelo INSS que foram à Justiça e serão chamados para negociação até outubro

R\$ 225 milhões
É o valor que o governo espera economizar com essa iniciativa

*A Renda Mensal Vitalícia (RMV) é um benefício em extinção, mantido apenas para aqueles que já eram beneficiários até dezembro de 1995. Fonte: Ministério do Planejamento

EDITORIA DE ARTE

Para 2025, por exemplo, o governo terá de desembolsar R\$ 70,7 bilhões com precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV), de até 60 salários mínimos.

Entre os precatórios, o mais caro deles é um processo em tramitação no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, envolvendo R\$ 4,74 bilhões sobre o Aerus, o fundo de pensão da extinta Varig. Para evitar o desembolso, a AGU resolveu antecipar o pagamento e reduziu a dívida à metade.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Além disso, há dois processos em fase final de tramitação que assustam o governo: uma ação no STF que envolve pontos da Reforma da Previdência, como a volta da integralidade e paridade dos benefícios para servidores públicos, e outra do setor sucroalcooleiro, antiga, no valor de R\$ 30 bilhões, no TRF-1.

Neste caso, a estratégia também será iniciar uma negociação ainda este semestre, por se tratar de uma

causa já perdida. Este ano, o governo recebeu com alívio a decisão do STF sobre a correção das contas do FGTS e o fim da revisão da vida toda. Com isso, o potencial com precatórios à vista cairá de R\$ 1,8 trilhão, previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para R\$ 1 trilhão, em outubro.

PEC DE BOLSONARO

Esse movimento também se dá de olho em 2027. Até o ano anterior, segue em vigor uma proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada no governo Jair Bolsonaro, que limitava o pagamento de precatórios. O objetivo à época era economizar esses recursos para turbinar o Auxílio Brasil (hoje Bolsa Família).

O governo Lula, por sua vez, conseguiu autorização do STF para pagar o que exceder esse teto de precatórios fora das regras fiscais (como a meta fiscal). Mas essa autorização só vale até 2026. No ano seguinte, todos os precatórios entrarão

no Orçamento, apertando os demais gastos.

Os precatórios variam muito ano a ano, mas têm crescido desde 2016. Os R\$ 70 bilhões do ano que vem, por exemplo, representam algo em torno de 30% do total de recursos disponíveis para investimentos e custeio da máquina pública.

Técnicos da AGU avaliam que, depois da reversão da PEC do governo anterior, que buscava segurar o "meteo" dos precatórios, será possível chegar a 2027, quando estava prevista a explosão desse tipo de despesa, com uma trajetória consolidada de queda desse gasto e com maior previsibilidade.

O termo "meteo" foi usado pelo então ministro da Economia, Paulo Guedes, ao comentar o avanço desse tipo de gasto sobre o Orçamento. Com a reversão da PEC, o governo desembolsou R\$ 93 bilhões no fim do ano passado e retomou o cronograma tradicional de pagamento de precatórios.

Agilização. Uma portaria da AGU permitirá que o processo seja feito em parceria com a Defensoria Pública da União (DPU) e o INSS



Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 11